

***PROJETO DE  
AUTOAVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL  
DA UFSCar - 2011***



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFSCar - CPA  
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – SINAES**

**São Carlos, SP, março de 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

***TARGINO DE ARAUJO FILHO***

Reitor

***PEDRO MANOEL GALETTI JUNIOR***

Vice-Reitor

***EMILIA FREITAS DE LIMA***

Pró-Reitora de Graduação

***BERNARDO ARANTES DO NASCIMENTO TEIXEIRA***

Pró-Reitor de Pós-Graduação

***CLAUDIO SHYINTI KIMINAMI***

Pró-Reitor de Pesquisa

***SÉRGIO DONIZETI ZORZO***

Pró-Reitor de Extensão

***MANOEL FERNANDO MARTINS***

Pró-Reitor de Administração

***CLAUDIA MARIA SIMÕES MARTINEZ***

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis

***MAURO ROCHA CORTES***

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

***ROGÉRIO FORTUNATO JÚNIOR***

Prefeito Universitário

***NÉOCLES ALVES PEREIRA***

Diretor do Escritório de Desenvolvimento Físico

***LAURO TEIXEIRA COTRIM***

Procurador Geral

**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFSCar**

<b>MEMBROS</b>	<b>SEGMENTOS</b>
<b>Profa. Itacy Salgado Basso – Coordenadora</b>	<b>Docente titular</b>
<b>Profa. Maria Helena Antunes de Oliveira e Souza – Vice-Coordenadora</b>	<b>Docente titular</b>
<b>Prof. Francisco Louzada Neto</b>	<b>Docente titular</b>
<b>Prof. Celso Luiz Aparecido Conti</b>	<b>Docente titular</b>
<b>Prof. Rodolfo Antonio de Figueiredo</b>	<b>Docente titular</b>
<b>Prof. Ismail Barra Nova de Melo</b>	<b>Docente titular</b>
<b>Profa. Ana Luiza Rocha Vieira Perdigão</b>	<b>Docente suplente</b>
<b>Prof. Romeu Cardozo Rocha Filho</b>	<b>Docente suplente</b>
<b>Prof. Edemilson Nogueira</b>	<b>Docente suplente</b>
<b>Prof. José Carlos Rothen</b>	<b>Docente suplente</b>
<b>Profa. Marta Regina Verruma Bernardi</b>	<b>Docente suplente</b>
<b>Profa. Andréa Rodrigues Ferro</b>	<b>Docente suplente</b>
<b>Alessandra Maria Sudan</b>	<b>Técnico-administrativo titular</b>
<b>José Ciofi</b>	<b>Técnico-administrativo titular</b>
<b>Ofir Paschoalick Castilho de Madureira</b>	<b>Técnico-administrativo titular</b>
<b>Robson Lopes dos Santos</b>	<b>Técnico-administrativo suplente</b>
<b>Leonardo Jundi Hayasida</b>	<b>Técnico-administrativo suplente</b>
<b>Milena Polsinelli Rubi</b>	<b>Técnico-administrativo suplente</b>

<b>MEMBROS</b>	<b>SEGMENTOS</b>
<b>Anselmo João Calzolari Neto</b>	<b>Aluno titular</b>
<b>Diego Mota Colatto</b>	<b>Aluno titular</b>
<b>Mariana Dicencia Amos</b>	<b>Aluno titular</b>
<b>Anderson Luiz Souza</b>	<b>Aluno suplente</b>
<b>Aline Cristine Zavaglia</b>	<b>Aluno suplente</b>
<b>Klayton Eduardo da Rocha</b>	<b>Aluno suplente</b>
<b>Prof. Carlos Lazarini</b>	<b>Comunidade Externa titular</b>
<b>Patrícia Cristina Silva Leme</b>	<b>Comunidade Externa titular</b>
<b>Profa. Elizabeth da Silva</b>	<b>Comunidade Externa suplente</b>
<b>Profa. Silvia Maria Picca Contiero</b>	<b>Comunidade Externa suplente</b>

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	6
MISSÃO .....	7
1. ANTECEDENTES .....	8
1.1 Breve Histórico da UFSCar .....	8
1.2 Momentos de Avaliação da UFSCar .....	10
1.3 Histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) .....	14
1.4 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) .....	17
2. O SINAES .....	20
3. AUTOAVALIAÇÃO DA UFSCar E AVALIAÇÃO EXTERNA (2009) .....	23
4. AUTOAVALIAÇÃO DA UFSCar 2011 .....	27
4.1 Concepção e Objetivos .....	27
4.2 Metodologia .....	28
4.3 Etapas do Processo de Autoavaliação e sua Operacionalização.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	32

## APRESENTAÇÃO

O presente projeto de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal de São Carlos tem como objetivo dar continuidade aos processos de autoavaliação realizados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA - anterior (projeto de 2005 e relatórios de 2006 e 2008) e pela atual (projeto de 2010 e relatórios de 2009 e 2010) e ao conjunto de ações que a Universidade vem desenvolvendo no sentido de redefinir ou reafirmar seus princípios e caminhos norteadores de seu desenvolvimento.

A elaboração deste projeto de autoavaliação pautou-se, como os anteriores, no princípio já estabelecido durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional de “compromisso coletivo com a ação, o acompanhamento e a avaliação da concretização da Universidade que todos ajudaram a projetar” (PDI, 2004, p. 8).

Como as ações empreendidas pela CPA anterior, mais do que atender à determinação legal definida pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a atual Comissão Própria de Avaliação entende que o levantamento e sistematização de dados e informações podem contribuir para o aprimoramento dos processos de planejamento e gestão, assim como para o fortalecimento da UFSCar enquanto uma instituição que tem na excelência acadêmica e no compromisso social valores fundamentais.

## Missão da UFSCar: **Produzir e tornar acessível o conhecimento.**

Como afirmado no PDI (2005) – PDI apresentado segundo o formato SPIEnS/MEC para o período de 5 anos - não é incomum confundir-se a missão da universidade pública com as suas atividades-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão. São estas três atividades que, de forma indissociada, dão concretude à missão da universidade de **produzir e tornar acessível o conhecimento**. Nesta conceituação sintética o tornar acessível envolve tanto a formação dos alunos como a interação com os diferentes segmentos da sociedade para o compartilhamento e (re)construção do conhecimento.

Transparece nos planos da UFSCar, desde o seu início, o entendimento de que a produção de conhecimento é a base de sustentação de todas as atividades da Universidade. No entanto, esta produção se realiza de modo articulado tanto com as atividades de ensino como com as de extensão, garantindo a qualidade diferenciada do fazer acadêmico, o que se constitui em um dos grandes desafios do dia a dia da UFSCar.

No PDI (2004) esta missão foi desdobrada em princípios que expressam a sua razão de ser e seus valores. A comunidade da UFSCar elegeu no PDI dez princípios que expõem suas bases consensualmente compartilhadas, os compromissos fundamentais e determinantes dos seus planos de ação:

- I- Excelência acadêmica.
- II- Universidade compromissada com a sociedade.
- III- Gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação stricto sensu.
- IV- Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.
- V- Livre acesso ao conhecimento.
- VI- Universidade promotora de valores democráticos e da cidadania.
- VII- Gestão democrática, participativa e transparente.
- VIII- Universidade ambientalmente responsável e sustentável.
- IX- Valorização da dedicação integral ao ensino, pesquisa e extensão.
- X- Integração da universidade no sistema nacional de ensino.

## 1- ANTECEDENTES

### 1. 1. Breve Histórico da UFSCar

O histórico da UFSCar foi aqui reconstituído a partir de algumas fontes principais: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2004 e 2005), Projetos de Avaliação CPA de 2005 e 2010 e Relatórios CPA 2006, 2008 e 2010.

A Universidade Federal de São Carlos, ao nascer, não era detentora de um projeto de universidade bem definido e orgânico, na medida em que atendia a interesses particularmente políticos e empresariais. É uma instituição que nasce na época do regime ditatorial – 1968 – e, como não poderia deixar de ser, sofre as marcas daquele tempo.

Embora não tenham sido elaborados documentos diretores para a Universidade em seu início, publicações do final da década de 60, em especial o documento “Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos”, de 23 de junho de 1969, enfatizam o papel que a Universidade deveria exercer no campo científico-tecnológico, atuando de forma criadora no processo de responder à demanda social por uma tecnologia de ponta, autônoma, com o cunho da multidisciplinaridade, seja desenvolvendo pesquisa; seja oferecendo cursos de extensão, procurando interagir com o complexo industrial avançado; seja formando profissionais com qualificação nos níveis de mestrado e doutorado. Chegou-se a levantar a hipótese da implantação somente de cursos de pós-graduação. A outra linha marcante nas diretrizes era a predisposição para atuar, de modo decisivo, na formação de professores do ensino secundário e superior, principalmente na área de ciências básicas.

No que se refere ao ensino, em diferentes documentos é possível verificar a preocupação em inovar, bem como em não criar cursos que se sobrepusessem aos existentes na Universidade de São Paulo – *campus* São Carlos. Cursos que se mostrassem importantes e viessem a ser criados numa mesma área deveriam apresentar enfoques diferentes. A garantia de qualidade de ensino era assumida como diretamente proporcional à qualificação tanto do pessoal docente como técnico-administrativo, visão que se manteve até os dias atuais.

Decisões tomadas no início da Universidade deixaram marcas profundas em sua vida acadêmica. Até hoje, permanece a pretensão de se criar uma universidade pioneira em muitos sentidos, que possa servir de exemplo a outras instituições. Muitas de suas mais importantes linhas de trabalho definiram-se naquela época. O alto índice de qualificação acadêmica e a contratação da quase totalidade de seus docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva são resultado da manutenção das diretrizes estabelecidas, no começo da Universidade, para contratação de seu pessoal. Paralelamente a esse processo foi ocorrendo outro, o da implantação gradual de práticas democráticas de decisão, superando o autoritarismo reinante numa fase de sua história.

Quando os planos de gestão passaram a ser elaborados com a participação da comunidade universitária, incorporaram a perspectiva que se foi delineando ao longo do tempo: a construção de uma Universidade “plurifuncional, competente, democrática, crítica e eficiente”. Seus horizontes gradativamente alargaram-se na busca da atuação em outras áreas, que não as escolhidas de início, e na intenção de atingir os vários segmentos da sociedade e não preferencialmente aquele vinculado ao complexo industrial avançado.

A UFSCar é pioneira, dentre as Instituições Federais de Ensino Superior, na implantação e prática de processos democráticos e participativos de gestão, tendo sido, inclusive, modelo para o desenvolvimento de processos compartilhados para escolha de dirigentes em outras universidades.

O início do processo de democratização na UFSCar remonta a 1978, quando foram instituídos os órgãos colegiados superiores e o Conselho de Curadores passou a ter uma função de fiscalização.

Em 1984, foi empossado o primeiro Reitor escolhido pela comunidade universitária: o Conselho Universitário coordenou pesquisa paritária, nos dias 30 e 31 de julho, que indicou o Prof. Munir Rachid. Nas eleições de 1988, aconteceu a primeira pesquisa paritária que indicou uma chapa, uma equipe para a gestão da Universidade, com Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores, como acontece hoje.

A partir da implantação dos colegiados superiores e dos desdobramentos do processo de revitalização da Universidade, os planos de gestão passaram a ser elaborados com a participação da comunidade universitária.

Além de implantação e prática de processos democráticos e participativos de gestão, as administrações da UFSCar já vêm desde 1992 fazendo uso de métodos de planejamento estratégico e de gestão pública para planejar, acompanhar e avaliar suas gestões.

## **1.2. Momentos de Avaliação da UFSCar**

Nos projetos de avaliação da CPA de 2005 e 2010 foi apresentada uma retrospectiva dos principais momentos de avaliação da UFSCar que aqui é retomada em suas linhas gerais.

A partir de outubro de 1978, com a implantação do Conselho de Ensino e Pesquisa e Câmaras que o compunham, começam a surgir análises mais sistematizadas sobre as atividades acadêmicas, com maior ênfase às atividades de Ensino de Graduação.

Três medidas de caráter geral marcaram a atuação desse colegiado nesse período: a implantação do Regimento da Coordenação de Curso de Graduação (ATO nº 001/81-SOC, de 15/01/81), a redução do número de créditos obrigatórios dos cursos e a constituição de uma comissão para analisar os currículos dos cursos de graduação.

Ainda nesse período, como trabalhos ou dissertações de mestrado de docentes ou grupos de docentes ou de alunos de pós-graduação, foram realizadas avaliações tanto no âmbito dos cursos como das disciplinas. Os cursos de Enfermagem, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção e Química foram os que mais se envolveram nessas avaliações. Ao final da década, a Câmara de Graduação tinha uma proposta para avaliação institucional dos cursos, que não chegou a ser posta em prática.

No que se refere ao ensino da graduação, a partir de 1988, foi possível ampliar as ações institucionalmente coordenadas na tentativa de fortalecê-lo e dinamizá-lo, bem como de melhorar as condições infraestruturais (biblioteca, salas de aula, laboratórios etc.) e outras de naturezas diversas (alimentação, transporte, moradia). Várias experiências de avaliação foram realizadas ao longo dos anos, culminando com uma mais ampla feita no âmbito do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Em 1994, a Universidade Federal de São Carlos iniciou essa avaliação institucional (PAIUB), com financiamento da Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC), começando pelo Ensino de Graduação. A partir de 1996, o projeto passou a incluir as demais atividades acadêmicas.

A concepção de avaliação adotada foi a de “avaliação emancipatória”, numa perspectiva de “(a) firmar valores”. Tal concepção permitiu a descrição, a análise e a crítica da realidade, num primeiro momento, do ensino de graduação, buscando a sua transformação. Ela possibilitou às pessoas, direta ou indiretamente envolvidas com esse nível de ensino, no decorrer de todo o processo, o escrever a sua “própria história” e o gerar as suas “próprias alternativas”.

O processo de avaliação institucional do ensino de graduação tomou como objeto preferencial de estudo os seus diferentes cursos. A comunidade universitária entendeu que estes se constituem em unidades responsáveis por um ensino vinculado à pesquisa e extensão e que necessariamente a sua avaliação contemplaria aspectos das várias atividades da Universidade.

Três princípios ou pressupostos orientaram o Projeto de Avaliação do Ensino de Graduação/UFSCar. O primeiro deles, o de constituir-se em um projeto de construção coletiva, uma vez que, desde o início de sua elaboração, considerou experiências de avaliação já desenvolvidas, incorporou sugestões levantadas pelos vários setores/unidades da Universidade e garantiu que os indicadores quantitativos fossem definidos conforme valores da Instituição. O segundo, o de contemplar abordagem quantitativa e qualitativa de avaliação, de modo a assegurar concepção que cumpriria a função formativa de melhoria da qualidade das ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos da Universidade, sem estabelecer julgamentos globais padronizados e, tampouco, comparações de desempenho tão freqüentemente utilizadas e responsáveis pela inadvertida, perversa e injusta função, que, via de regra, tem assumido os processos avaliativos. O terceiro, o de tomar por base o curso, sem destaque especial às disciplinas, uma vez que a qualidade da formação profissional está diretamente relacionada àquele, enquanto unidade de organização.

Esse processo, dando ênfase à análise dos cursos tomados como unidades organizacionais, certamente representou uma contribuição para que seja superada a fragmentação existente em grande parte deles.

Para o cumprimento dos objetivos propostos foram realizadas discussões com as unidades acadêmicas e administrativas, segmentos da comunidade universitária, especialistas externos e internos. O envolvimento da comunidade, direta ou indiretamente relacionada com o ensino de graduação, não foi homogêneo; alguns julgaram o processo

relevante e outros não; as contribuições a ele foram também bastante diferenciadas; em grande parte dos cursos, os alunos e, em especial, os egressos foram responsáveis pela maior riqueza nas contribuições.

O ritmo de trabalho dos envolvidos em cada curso foi respeitado e, além disso, a avaliação dos cursos criados em momentos diferentes foi deslocada no tempo e realizada quando se entendeu haver sentido nisso.

Cabe destacar alguns importantes avanços ocorridos na etapa de incorporação dos resultados do processo avaliativo à inovação dos currículos dos cursos. O primeiro avanço consistiu na criação de diretrizes e orientações institucionais para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFSCar no âmbito da Câmara de Graduação e sua posterior aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa. O envolvimento de alguns cursos no processo de inovação, de acordo com tais diretrizes e incorporando os resultados das avaliações interna e externa, é outro resultado já ressaltado. Além disso, a discussão dessas diretrizes internas ofereceu, a vários docentes, subsídios para o seu envolvimento nas discussões sobre o estabelecimento das diretrizes curriculares nacionais para seus respectivos cursos.

Outro avanço que merece destaque foi o estabelecimento do perfil geral dos profissionais a serem formados pela UFSCar, além da elaboração dos relatórios finais de autoavaliação dos cursos de graduação participantes do processo.

É interessante, entretanto, destacar a existência de dificuldades neste processo, particularmente fazer menção à resistência à incorporação de algumas importantes sugestões apresentadas no processo avaliativo, por dificuldades em realizá-las ou pela consciência de que as reformulações exigem muito tempo ou, ainda, pelo fato de os cursos da Universidade serem, em geral, bem posicionados nos “rankings” elaborados por diferentes publicações ou bem avaliados em suas condições de oferta pelo Ministério da Educação.

Apesar dessas dificuldades, a quase totalidade dos cursos de graduação da Universidade elaborou ou reelaborou seus projetos pedagógicos e outros estão em processo de reelaboração e, certamente, quando as primeiras turmas de alunos concluírem seus cursos, dentro das novas propostas, outro processo amplo como este – talvez por grupos de cursos, devido à grande ampliação de seu número - deverá ser realizado e esta primeira

experiência oferecerá subsídios a ele. A expectativa é a de que sejam preservados os aspectos positivos deste, tais como amplitude, oportunidade de intensa participação, preocupação com a busca dos valores definidos pela Instituição. É também a de que haja oportunidades para o aprofundamento das discussões sobre concepção e relevância da avaliação, para a melhoria do processo de sensibilização, aumentando o envolvimento das pessoas, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação utilizados.

No que se refere ao ensino de pós-graduação e à pesquisa, a CAPES, desde 1976, tem desenvolvido sistema de avaliação dos cursos e programas de pós-graduação, incluindo a quantificação da produção científica dos professores/pesquisadores ligados a eles. Mais recentemente, a pesquisa ganhou maior visibilidade com o cadastramento dos grupos de pesquisa pelo CNPq.

Quando à extensão, desde a criação da Pró-Reitoria de Extensão, a UFSCar buscou implementar uma política de fortalecimento, intensificação e institucionalização das atividades de extensão. Neste processo a avaliação das atividades de extensão tem desempenhado um papel fundamental.

A Pró-Reitoria de Extensão e a antiga CaEx (Câmara de Extensão) realizaram uma primeira avaliação dos Programas de Extensão relativa ao período de 1999 a 2002. Esta primeira avaliação consta do Relatório de 2006 da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar.

A ProEx finalizou, em 2008, a avaliação relativa ao período de 2003 - 2006. O relatório de avaliação de Programas 2003-2006 foi aprovado pelo CoEx (Conselho de Extensão) no início de 2009. Uma síntese desta avaliação consta do Relatório de 2008 da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar. Em março de 2011 foi apresentado o relatório de avaliação de 2007-2008 cujos resultados serão incorporados no próximo relatório da CPA.

Na análise empreendida nas três avaliações foram valorizados, tanto pelos pareceristas, pela Comissão Assessora como pela ProEx, os ganhos acadêmicos para a área específica de ensino e pesquisa dos docentes envolvidos – participação em reuniões científicas, projetos financiados por agências de fomento como FAPESP, CNPq, FINEP e outras –, o envolvimento de alunos de graduação e pós-graduação e a produção científica,

não apenas as estritamente vinculadas às atividades de extensão realizadas no período, como também aquelas afins à temática do Programa.

### **1.3. Histórico do Plano de Desenvolvimento Institucional**

É retomado aqui o histórico da construção do PDI por se tratar de um processo que envolveu toda a comunidade acadêmica e por ter relação com o processo de avaliação, pois para a sua construção houve necessidade que avaliações, mesmo assistemáticas, fossem feitas. Além disso, o Plano ainda está em vigor e em 2011 está prevista a sua atualização.

Como já mencionado, as administrações da UFSCar vêm desde 1992 fazendo uso de métodos de planejamento estratégico e de gestão pública para planejar, acompanhar e avaliar suas gestões. Nesse sentido, a Universidade vem se consolidando, em um processo cumulativo, como instituição capaz de implementar processos democráticos de decisão e de buscar instrumentos sistemáticos para lidar, de forma qualificada, com suas decisões diárias e com a análise, proposição, acompanhamento e avaliação de suas ações.

Apoiada nesta já significativa experiência acumulada e com o objetivo de gerir a Universidade de forma planejada, participativa e sustentável, a administração superior da UFSCar (gestão 2000–2004) propôs ao seu Conselho Universitário (ConsUni), ainda em março de 2002, o processo de construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFSCar), denominação essa que posteriormente veio coincidir com a adotada pelo SINAES. Tal coincidência é fruto provavelmente do reconhecimento da necessidade de se introduzir o planejamento estratégico como parte da avaliação das Instituições de Ensino Superior.

A expectativa foi a de que esse plano operasse como um marco orientador das decisões e das principais ações institucionais em um período mais extenso que o de uma gestão. Embora não seja uma tarefa simples o estabelecimento de um horizonte de planejamento de longo prazo, trabalhou-se na construção de um PDI, sempre que possível, com horizontes maiores, de 10 a 15 anos.

Sua construção surge de uma demanda concreta. Ao final de 2001 identificou-se que o conjunto de metas então estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Físico, elaborado em 1985, havia sido atingido. A UFSCar viu-se diante da tarefa de elaborar novo

plano que pudesse organizar seu processo de crescimento físico, definindo suas novas ações e prioridades. Entendendo a necessidade de não dissociar o crescimento físico da Instituição de metas e diretrizes mais gerais optou-se por, ao invés de discutir exclusivamente um plano de crescimento físico, realizar um processo de construção coletiva de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para a construção compartilhada do PDI, proposto ao Conselho Universitário pela Administração Superior em março de 2002, optou-se pela possibilidade de lidar com diferentes opiniões, de incorporar uma diversidade de enfoques, na perspectiva de um Plano que refletisse o compromisso coletivo com a instituição.

O processo foi estruturado a partir do trabalho sobre quatro aspectos:

- Aspectos acadêmicos: ensino, pesquisa e extensão.
- Aspectos físicos.
- Aspectos ambientais.
- Aspectos organizacionais.

Para cada aspecto, foi constituído um grupo de trabalho com a responsabilidade de preparar os subsídios necessários, de propor e conduzir discussões e de sistematizar propostas recolhidas nas diferentes estratégias utilizadas. Os quatro grupos produziram documentos para embasar os debates no aspecto tratado; propuseram procedimentos para apreender as opiniões e contribuições; e geraram propostas sistematizadas para compor o documento final. A grande parte do documento-base relativa aos aspectos acadêmicos constitui-se numa retomada dos resultados da Avaliação PAIUB e de seus desdobramentos, na perspectiva do futuro. Os procedimentos empregados caracterizaram-se pela ênfase na participação. Assim, entre outros, foram utilizadas consultas, entrevistas, questionários, fóruns de discussão e seminários de planejamento, com o objetivo de maximizar o envolvimento efetivo do corpo social da Universidade no processo de elaboração do PDI.

Os coordenadores de cada grupo, junto com a assessoria técnica, compuseram o chamado “grupo âncora”, responsável pela integração permanente entre os grupos, pela discussão dos procedimentos e etapas cumpridas em cada aspecto. Ao longo de todo o processo, foi realizado um trabalho de informação e de divulgação das atividades e resultados obtidos, por meio do *site* do projeto, faixas, cartazes e *folders* e boletim informativo institucional.

O trabalho dos grupos e as atividades propostas para desenvolvimento de cada aspecto, bem como os momentos de consolidação e conclusão, foram organizados em um cronograma divulgado à comunidade acadêmica, de forma que o conjunto da Universidade se envolvesse e acompanhasse as discussões e eventos. Houve o cuidado de propor um calendário flexível o suficiente para atender à dinâmica e à criatividade que se queria do processo e respeitar as interações entre os temas e o ritmo de discussão e formulação da comunidade em cada momento.

O envolvimento efetivo da comunidade acadêmica no processo conferiu qualidade, riqueza, e certamente, legitimidade ao PDI. Várias atividades foram desenvolvidas em cada aspecto, utilizando ferramentas e metodologias diversas, diferentes possibilidades de participação, com o objetivo de apreender da melhor maneira possível a “opinião institucional”. Todo o material acumulado está disponível para consulta. É a memória da construção empreendida, uma parte importante da história da instituição.

O PDI vem permitindo às administrações da Universidade (gestão 2004 – 2008 e 2008 - 2012) e a toda a comunidade acadêmica enfrentar o desafio que se apresenta: a sua operacionalização e implantação, a partir do desdobramento das diretrizes aprovadas em ações.

Em função disso, o PDI, além de operar como um marco orientador das decisões e das principais ações institucionais, tornou-se o que se poderia denominar de “política de estado” da UFSCar, pois tendo sido aprovado pelo ConsUni, está ainda sendo implementado em alguns aspectos, enquanto em outros, como o crescimento dos cursos de graduação, teve superadas as expectativas num curto espaço de tempo.

Embora o processo de construção de um PDI não se caracterize efetivamente como um processo de avaliação institucional, a análise crítica da instituição nos seus diferentes aspectos é parte determinante do processo de definição de metas e diretrizes e mesmo que de forma não sistematizada a avaliação ocorreu, tornando-se um elemento implícito nas diferentes decisões tomadas.

A história contada até aqui revela as raízes de um processo que culminou com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), iniciado em 2002 e encerrado em 2004. O PDI foi apresentado como uma proposta de construção coletiva do futuro da UFSCar, reconhecendo o progresso da instituição, mas considerando que ainda há muito a avançar, principalmente em função das grandes transformações do mundo contemporâneo.

Tal projeto surgiu na perspectiva de a comunidade voltar-se à constante busca de identificação dos caminhos a serem trilhados e das ações a serem realizadas para que a UFSCar se coloque à frente no contínuo processo de produção e disseminação de conhecimento e para que continue a se destacar por sua competência acadêmico-científica, seu compromisso social e sua prática a cada dia mais democrática. E consiga também atender aos atuais e aos futuros desafios que se apresentam às universidades brasileiras.

#### **1.4. Plano de Desenvolvimento Institucional**

As principais diretrizes do PDI são aqui apresentadas pois a avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa) deve levar em consideração este planejamento para refletir sobre os resultados alcançados e apontar os avanços possíveis.

Como citado, a comunidade da UFSCar elegeu dez princípios já apresentados anteriormente, que expõem suas bases consensualmente compartilhadas, os compromissos fundamentais e determinantes dos seus planos de ação.

Esses princípios fundamentaram o estabelecimento das Diretrizes Gerais, apresentadas a seguir, que se caracterizam como pontos de maior imbricamento entre os quatro aspectos – acadêmicos, organizacionais, físicos e ambientais – que nortearam a discussão do PDI:

- Estabelecer ações de valorização da graduação, pós-graduação e extensão.
- Promover a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Promover a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em todos os níveis de formação.
- Garantir a qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.
- Ampliar a oferta de cursos e o número de vagas nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão a partir de estudos de demanda, buscando equilíbrio entre as áreas de conhecimento.
- Ampliar a diversidade de cursos de graduação e pós-graduação.
- Defender a gratuidade dos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu.
- Garantir coerência, consistência e compatibilidade entre as propostas e as normas aprovadas pelos diferentes colegiados, as ações implementadas e os resultados decorrentes.
- Garantir livre acesso ao conhecimento produzido e armazenado na UFSCar, ampliando e

diversificando os meios disponíveis.

- Praticar a gestão democrática, transparente e participativa em todos os níveis da estrutura administrativa da Universidade, garantindo a participação e voto para representantes dos alunos, técnico-administrativos e professores.
- Garantir suporte competente, ágil e eficaz às atividades de ensino, pesquisa e extensão, capaz de sustentar o projeto acadêmico da Universidade.
- Garantir flexibilidade e agilidade na resposta a novos contextos, demandas e desafios.
- Planejar e orientar o desenvolvimento físico a partir do projeto acadêmico da Universidade, de seus projetos de expansão de atividades e de suas especificidades de ensino, pesquisa e extensão.
- Promover processos de sustentabilidade ambiental.
- Promover atividades voltadas para uma sociedade sustentável.
- Promover a ambientalização das atividades universitárias, incorporando a temática ambiental nas atividades acadêmicas e administrativas, com ênfase na capacitação profissional e na formação acadêmica.
- Construir uma política integrada de informação e comunicação (sistemas de bibliotecas, editora, museu, TV e rádio universitárias e núcleo de disseminação da ciência, entre outros).
- Conceber a educação infantil como um espaço de ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo relações de parceria com centros/unidades de educação no âmbito universitário e com outras instituições de atendimento à infância quando responsáveis pela produção e socialização do conhecimento.
- Desenvolver e ampliar a concepção de atendimento e assistência à comunidade universitária, construindo e implementando uma política de gestão social voltada para a qualidade de vida.
- Estabelecer ações de valorização do servidor público.
- Promover a valorização do serviço público e suas carreiras, como instrumentos básicos do Estado democrático.
- Promover e incentivar a inclusão da metodologia digital em todos os níveis da Instituição.
- Promover a inserção plena da Universidade no sistema nacional de ciência, cultura e tecnologia.

- Promover a inserção do ensino, da pesquisa e da extensão da UFSCar no esforço de compreensão e busca de soluções para problemas nacionais, regionais e locais da realidade brasileira.
- Promover o intercâmbio acadêmico nacional e internacional com vistas ao desenvolvimento democrático, com justiça social, nos planos nacional e internacional.
- Promover o regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, como fundamental aos objetivos da UFSCar.

Nesse conjunto de 26 Diretrizes Gerais destacam-se alguns aspectos orientadores pela ênfase atribuída: à qualidade e à ampliação dos processos de formação fortemente integrados à pesquisa, à extensão e à perspectiva multidisciplinar, garantida a gratuidade; à ampliação do acesso e da permanência na Universidade visando a inclusão social; à produção e disseminação do conhecimento por meio da formação de profissionais altamente qualificados e, igualmente, por meio da difusão do conhecimento por todos os meios que permitam que seja compartilhado pelas camadas mais desfavorecidas da população; à necessidade permanente de capacitação dos servidores da UFSCar e à busca de condições de trabalho minimamente compatíveis com as responsabilidades e atribuições que lhes cabem, com dignidade e qualidade de vida; à importância de agir tanto na formação quanto nas condições físicas que lhe dão suporte em uma perspectiva de sustentabilidade ambiental e de educação ambiental. Estas ênfases por sua vez deram origem às Diretrizes Específicas que foram ordenadas nos seguintes temas estruturantes para a organização da Universidade:

- 1. Processos de formação**
- 2. Ampliação, acesso e permanência na Universidade**
- 3. Produção e disseminação do conhecimento.**
- 4. Capacitação dos servidores da UFSCar**
- 5. Ambiente adequado**
- 6. Organização e Gestão**
- 7. Desenvolvimento Físico**

## 2. O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem como objetivo geral construir um sistema nacional de avaliação da educação superior, articulando regulação e avaliação educativa, de responsabilidade compartilhada do Estado e das instituições.

As finalidades do SINAES, além da regulação e supervisão da educação superior, são: promover a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais (SINAES, 2004).

Na legislação são apontados como princípios fundamentais:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

*1-Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)* – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

- (a) autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;
- (b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior - CONAES.

*2-Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)* – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

*3-Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)* – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

Dentre os diferentes instrumentos que constituem o SINAES (2004) tem posição central, enquanto elemento organizador da coerência do conjunto, a *Avaliação Institucional*. Esta se organiza a partir de três aspectos:

A) o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES enquanto objeto de análise juntamente com ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidades e compromissos sociais, formação, etc. Dentre as dimensões, obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

B) o conjunto dos professores, alunos, funcionários e membros da comunidade externa como sujeitos da avaliação;

C) os processos avaliativos seguindo os procedimentos institucionais e fazendo uso da infraestrutura da própria instituição.

A *avaliação institucional*, segundo o SINAES, organiza os diferentes instrumentos avaliativos a partir de um princípio de integração, articulando os diferentes estudos, reflexões e valorações em função da compreensão global da IES.

Constitui a *avaliação institucional* o processo de autoavaliação (*avaliação interna*) complementado com a *avaliação externa*.

### **3. AUTOAVALIAÇÃO DA UFSCar E A AVALIAÇÃO EXTERNA (2009)**

A UFSCar designou a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em 2004, como prevista no SINAES. A designação da CPA e a formulação de um projeto de avaliação institucional interna, que atendesse aos enunciados do SINAES, foram coincidentes com a necessidade de monitoramento do processo de implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - UFSCar) construído por diferentes grupos para delinear a feição institucional que se desejava ter. Nesse sentido, a própria construção do PDI serviu de experiência para sensibilizar a comunidade acadêmica para a participação no processo avaliativo e para o novo formato de avaliação.

A opção da CPA constituída na época foi a de evitar que as oportunidades criadas pelo clima vivido na experiência de produção do PDI fosse despotencializado pela execução de um plano de avaliação que desconsiderasse nosso contexto político e acadêmico.

Nos trabalhos que culminaram nos vários relatórios da CPA, compilaram-se dados que ajudassem a compor a visão do cenário educacional da Universidade, para que o diagnóstico de suas forças e fragilidades subsidiasse o processo decisório subsequente, orientado pelas evidências explicitadas pela avaliação.

Após a confecção de seu primeiro relatório referente ao período 2004-2006, no qual, entendendo aquele momento não exclusivamente como de sistematização final de um processo avaliativo, mas fundamentalmente como o início do processo de construção de uma cultura de avaliação permanente na instituição, nem todos os aspectos que poderiam ser avaliados foram objeto daquela primeira etapa. Entendendo ser aquela etapa uma continuidade do processo desencadeado pela elaboração do PDI, procurou-se organizar o processo de avaliação a partir dos mesmos elementos priorizados na etapa anterior. Nesta perspectiva foram priorizadas as atividades fins da Universidade, ou seja, seu ensino, sua pesquisa e suas atividades de extensão. Quanto aos aspectos administrativos foi analisada a Política de Informação, ainda em fase de consolidação e apresentados de maneira bastante sucinta alguns elementos básicos referentes à política ambiental e à infraestrutura.

No relatório de 2008 foram compilados dados do período de 2004-2008, pois se entendeu que este período permitiria visualizar as ações realizadas em relação ao previsto no PDI, aprovado em junho de 2004. Foram utilizadas as fontes institucionais disponíveis como Relatório de Gestão 2004-2008, relatórios anuais de atividades da UFSCar e das várias pró-reitorias, catálogos de Programas de Extensão, de Atividades Curriculares de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão e de projetos de extensão, relatórios de avaliação de programas de extensão e de outras atividades, e Censos. Estes dados foram utilizados sem fazer referência explícita a suas fontes por se tratar de material da própria instituição.

O relatório de 2009 foi parcial e o relatório de 2010 compilou dados de 2009 complementados com dados de 2010.

No relatório de 2008, 2009 e 2010 os dados foram organizados nas dez dimensões do SINAES, com informações quanti-qualitativas baseadas nas fontes acima citadas.

No relatório de 2008, na dimensão 8 - autoavaliação institucional -, descreveu-se o processo de avaliação dos cursos de licenciatura da UFSCar, foco principal do relatório de avaliação interna de 2008.

Dentre os aspectos avaliados no relatório anterior (2006), a identificação de uma política mais incisiva da Pró-Reitoria de Graduação no aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos cursos da instituição, a partir da reativação da Coordenação de Desenvolvimento Pedagógico e implantação, em agosto de 2006, de um Plano de Ação Pedagógica desenvolvido em parceria com as coordenações de Curso, diretorias de Centro e chefias de Departamento. Algumas ações já haviam sido realizadas, tais como, o 1º Seminário de Inovações Pedagógicas, que contou com a participação de quase 60% dos docentes da Instituição (333 docentes) e já havia previsão de realização no 2º semestre daquele ano, de um processo de formação continuada de coordenadores de curso e membros de conselhos de coordenação.

Diante deste quadro, o ensino de graduação apareceu como um importante aspecto a ser priorizado pelo processo de avaliação no período 2006/2008, entretanto, focar todos os cursos envolveria recursos humanos e financeiros muito além das possibilidades da comissão. Aproveitando a oportunidade colocada pelo lançamento do edital do

PRODOCÊNCIA, optou-se por focar, naquele momento, o processo de avaliação nos cursos de licenciatura da UFSCar.

Assim, o projeto desenvolvido pela CPA em colaboração com a ProGrad propôs realizar um processo coletivo de avaliação com a perspectiva de verificar de que maneira o conjunto de princípios estabelecidos e ações realizadas, a partir da aprovação do PDI, vinham efetivamente se concretizado no dia a dia dos cursos de licenciatura e localizar elementos que possibilitassem um aprimoramento da gestão e implantação dos novos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas.

O projeto teve como meta atingir o conjunto dos 1.734 estudantes que na ocasião cursavam a licenciatura na UFSCar e um universo em torno de 200 docentes envolvidos no processo formativo dos futuros professores.

No relatório de 2010 foram descritas a avaliação de disciplina desenvolvida pela ProGrad em colaboração com a CPA, a avaliação pelos alunos dos cursos a distância oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil – UAB – realizado pela SEaD – Secretaria de Ensino a Distância - com a colaboração da CPA e a avaliação de Curso/UFSCar da perspectiva dos egressos realizada pela CPA.

A Comissão Própria de Avaliação da UFSCar (CPA/UFSCar) tem procurado, desde a sua instalação, realizar seu trabalho sempre a partir dos princípios e diretrizes definidos pela instituição no seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Procurou-se, então, não tornar o processo de avaliação institucional como um elemento estranho à instituição, mas parte de um processo já iniciado em 2002 com a elaboração do PDI, de construção da UFSCar que queremos. Desta forma, para além de realizar um acompanhamento das ações realizadas pela instituição, buscou-se sempre analisá-las a partir dos princípios presentes no PDI, construindo uma dinâmica de avaliação que possa de uma forma mais efetiva levar a comunidade a uma postura mais ativa frente ao processo.

Construir uma prática de avaliação entendida como efetivo instrumento de gestão da instituição requer, a partir das experiências já vivenciadas pela UFSCar, construir processos coletivos que coloquem nosso olhar não apenas nos projetos institucionais estabelecidos, mas igualmente nos processos vivenciados no dia a dia do fazer acadêmico. Para isso é fundamental, para além da realização de avaliações, a sedimentação de metodologias que venham a ser incorporadas no nosso desenvolvimento como instituição universitária.

A avaliação externa ocorreu em maio de 2009. Recebemos os avaliadores Olívia Maria Cordeiro de Oliveira – UFBA - (presidente da Comissão), Celso Antonio Fávero-UNEB - e Orlando Bonifacio Martins – UFRJ -, nos dias 20 a 23/05/2009.

Na visita, os avaliadores consultaram vários documentos oficiais da UFSCar, mas consideraram em especial o PDI (2005) - PDI apresentado no sistema e-MEC referente ao período de 5 anos, condizente com a estrutura determinada pelo art. 16 do Decreto n.º 5.773/2006 -, e o relatório da CPA (2008). Os avaliadores percorreram algumas dependências do *campus* São Carlos e fizeram reuniões com a administração, docentes, discentes, técnico-administrativos e membros da CPA.

No parecer de avaliação da Comissão Externa foram feitas considerações para cada uma das dez dimensões com muitas observações positivas em todas elas. Os avaliadores consideraram como pontos fortes as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em especial a indissociabilidade das três atividades, e as ações de responsabilidade social da UFSCar. O parecer aponta também a independência e autonomia dos nossos colegiados e a participação dos segmentos da comunidade nos processos decisórios. Algumas críticas foram apontadas e se referem a: constituição da CPA por uma maioria de docentes ao final dos trabalhos (os alunos estavam formados e os técnico-administrativos tinham se desligado); divulgação insatisfatória, entre o corpo social da IES, do processo de autoavaliação promovido pela CPA; não implantação da Ouvidoria; existência de condições institucionais para os técnico-administrativos (TAs) apenas compatíveis com o referencial mínimo de qualidade; limitação dos espaços de convivência frente ao crescente número de alunos ingressantes; acompanhamento insuficiente de egressos.

No parecer final a Comissão Externa afirma que a UFSCar apresenta um perfil BOM, considerado além do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Em janeiro de 2011, o MEC divulgou O Índice Geral de Cursos das Instituições de Ensino Superior do país – IGC -. De acordo com o resultado divulgado, a UFSCar está entre as nove melhores universidades brasileiras. O IGC considerou os dados dos anos de 2007, 2008 e 2009, portanto já foram incluídas as condições de expansão vividas pela UFSCar. O fato de ter alcançado o IGC 5, comprova a excelência dos cursos de graduação e pós-graduação da UFSCar e mostra o esforço de alunos, docentes e técnico-administrativos em manter a qualidade acadêmica da Universidade.

## 4. AUTOAVALIAÇÃO DA UFSCAR 2011

### 4.1 Concepção e Objetivos

A concepção de avaliação adotada aqui, assim como aquela adotada pela CPA anterior, coerentemente com a história de avaliação da UFSCar, é a de “avaliação emancipatória”, numa perspectiva de “(a)firmar valores”. Tal concepção permite a descrição, a análise e a crítica da realidade, buscando a sua transformação.

O processo de avaliação é aqui concebido como subsídio fundamental para a gestão da Universidade, visando à melhoria constante da qualidade da formação, produção de conhecimento e da extensão realizadas na UFSCar. É parte de seus objetivos colocar à disposição da comunidade elementos relevantes para a formulação e implementação da política de desenvolvimento institucional e para a tomada de decisões.

Concebida enquanto um processo desenvolvido por membros internos e externos à comunidade acadêmica, a avaliação institucional visa promover a qualidade acadêmica da UFSCar em todos os seus níveis nos termos da sua missão, conforme apresentada e discutida no âmbito de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Conforme perspectiva apontada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a avaliação da instituição deverá fornecer uma visão global sob uma dupla perspectiva:

*“O objetivo de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro. Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> MEC/ CONAES – Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior

A avaliação institucional deve, nestes termos, possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam a consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da instituição.

O Processo de Avaliação Institucional iniciado na UFSCar em 1996 com a implementação do PAIUB deverá, nesta etapa posterior à aprovação do SINAES e à definição das diretrizes gerais para a Instituição pelo PDI, reorganizar-se em torno dos seguintes objetivos:

- Sensibilizar a comunidade para a importância da avaliação institucional e sua integração com a missão da Universidade;
- Sistematizar e analisar os dados institucionais, produzindo informações fidedignas capazes de subsidiar e melhorar a gestão institucional (planejamento e implementação);
- Contribuir na reformulação das práticas curriculares e no processo de integração de ensino, pesquisa e extensão.
- Construir metodologias de avaliação que permitam aos diferentes setores da instituição desenvolver, de forma sistemática e contínua, projetos de autoavaliação;
- Dar maior visibilidade à atuação da Universidade, divulgando os resultados da autoavaliação e reafirmando seus compromissos com a qualidade e relevância social, num diálogo contínuo com a sociedade civil.

## **4.2 Metodologia**

De acordo com o SINAES (2004), o processo de autoavaliação, respeitando as peculiaridades e especificidades de cada unidade universitária, gerenciando os diferentes instrumentos, informações e disponibilidades, deverá pautar-se numa metodologia que respeite os seguintes princípios:

- *Participação* de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representação da comunidade externa;

- *Transparência* em todas as suas atividades, assegurando-se a publicidade de todos seus procedimentos;
- *Globalidade* de resultados de forma a estes expressarem uma visão de conjunto da Instituição;
- *Gradualidade* expressa num processo em que a incorporação das diferentes dimensões dar-se-á a partir de uma maior ou menor complexidade.

A CPA, desde o início dos seus trabalhos em 2004, adotou algumas diretrizes que continuam a orientar a autoavaliação da UFSCar.

Uma delas é propor um modelo de avaliação institucional consoante ao demandado pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e, ao mesmo tempo, de acordo com o momento em que a UFSCar se encontra. Hoje, a UFSCar está num momento de considerável expansão, prevista e de acordo com a definição de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado na sua íntegra em meados de 2004.

Outra, é a compreensão da autoavaliação como um processo educativo, significando qualificar, promover o autoconhecimento para transformar, melhorar a qualidade do trabalho acadêmico. O diagnóstico dos pontos fortes que devem ser reforçados e dos pontos fracos que dificultam alcançar as metas estabelecidas ajuda a orientar a tomada de decisões, o planejamento e replanejamento das ações e o estabelecimento de prioridades. É um processo de autorregulação.

A continuidade do processo de avaliação é outra premissa. Na UFSCar, desde a década de 1980, são desenvolvidas iniciativas de avaliação. Na década de 90, tivemos a experiência mais ampla feita no âmbito do Paiub. Assim, a cultura de avaliação na UFSCar não se inicia com a instalação da CPA em 2004. A CPA tem proporcionado uma maior organicidade e uma continuidade dos processos de avaliação. Hoje, a consolidação dessa cultura passa por um envolvimento cada vez maior da comunidade e dos vários setores da UFSCar nesse processo.

Numa avaliação contínua, anual – o relatório da CPA é anual a partir de 2009 –, não é necessário e nem possível fazer avaliação direta (no sentido de levantar dados por meio de formulários e entrevistas) de todos os segmentos da comunidade. A CPA tem utilizado e analisado dados coletados por todos os setores da UFSCar. Neste sentido, a CPA incentiva

e apoia as iniciativas de avaliação das diversas unidades e utiliza as avaliações realizadas periodicamente, como dos programas de pós-graduação, dos programas de extensão e dos cursos de graduação.

Desta forma, compreende-se que o autoconhecimento institucional nem sempre exige novos processos de coleta de dados, mas o aproveitamento crítico de dados já existentes, extraindo deles todos os significados possíveis.

Foi assumido ainda que a avaliação como processo formativo e contínuo implica em compreender algumas resistências reportadas à cultura de avaliação centrada na vertente classificatória, “ranqueadora”, punitiva e excludente. Sendo assim, o respeito aos ritmos, às sistemáticas estabelecidas e às demandas dos membros da comunidade é considerado relevante para evitar a produção de projetos de avaliação pouco sustentáveis em nossa realidade.

O trabalho da CPA tem tomado por base o PDI, procurando identificar os avanços e as dificuldades no seu plano operacional, numa visão de avaliação como processo contínuo e educativo.

### **4.3. Etapas do processo de autoavaliação e sua operacionalização**

Considerando as experiências avaliativas anteriores – interna e externa –, a CPA propõe-se estruturar o processo avaliativo de 2011 nas seguintes etapas: sensibilização, levantamento e sistematização de dados, confecção do relatório com análise e discussão dos pontos fortes e fragilidades, análise do processo de autoavaliação e divulgação dos resultados.

#### **4.3.1. Sensibilização**

- Discussão e análise deste projeto de avaliação interna.
- Divulgação do projeto no site da CPA e solicitação de sugestões à comunidade como parte da etapa de sensibilização.
- O formulário para alunos dos cursos que serão avaliados já foi divulgado para coordenadores de curso e recebeu sugestões para seu aprimoramento.
- Os formulários para docentes e técnico-administrativos também serão divulgados e a comunidade poderá oferecer sugestões para seu aprimoramento.

#### **4.3.2. Levantamento e sistematização de dados**

- Continuidade de avaliação de disciplinas pelos alunos, em colaboração com a ProGrad.
- Continuidade de avaliação de cursos da UAB/UFSCar, em colaboração com a SEaD. Nesta etapa a avaliação será realizada pelos docentes e pelos tutores.
- Avaliação de curso por alunos, docentes e técnico-administrativos em colaboração com a ProGrad. Serão avaliados todos os cursos do Programa REUNI e os cursos do *campus* Sorocaba.
- Elaboração de instrumentos de coleta de dados para docentes e técnico-administrativos dos cursos em avaliação.
- Aprofundamento da análise dos dados de egressos e sistematização dos dados por curso que tenham atingido de 8% a 10% de respondentes.
- Sistematização dos dados da avaliação de curso.
- Sistematização de dados do Relatório de Atividade de 2010 e do Relatório Parcial de Gestão – outubro de 2008 a dezembro de 2010.
- Articulação da CPA com os diferentes setores acadêmico-administrativos internos para coleta de informações e incentivo para o desenvolvimento de processos avaliativos de responsabilidade de cada um destes setores. Já existe colaboração com ProGrad e SEaD.

#### **4.3.3. Confeção do relatório**

- Sistematização e organização dos dados do relatório final de autoavaliação considerando as dez dimensões previstas no SINAES.
- Crítica dos dados pelos membros envolvidos: setores e membros da CPA – várias interpretações apontando pontos fortes e fracos. Interpretação dos principais acertos e dos problemas e desafios que a UFSCar deve enfrentar a médio prazo.
- Troca de experiências avaliativas internas que possam subsidiar a adequação e melhoria do processo de autoavaliação da instituição.

- Elaboração do relatório final de avaliação interna considerando as dez dimensões previstas no SINAES e envio para apreciação do ConsUni. O relatório deverá ser entregue em janeiro de 2012, quando termina o mandato da atual CPA.

#### **4.3.4. Divulgação dos resultados**

- Divulgação rápida, sistemática e permanente dos resultados parciais e gerais da avaliação interna à comunidade.
- Divulgação por vários meios de comunicação: folder, informando, portal da UFSCar, site da CPA.
- Troca de experiências avaliativas internas que possam subsidiar a adequação e melhoria do processo de autoavaliação da instituição.
- Divulgação do relatório pelo site da CPA.
- Divulgação por meio de apresentação dirigida a setores e segmentos específicos da Universidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2 ed., ampliada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SOBRINHO, José Dias e RISTOFF, Dilvo I. (orgs.) **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate.** Florianópolis: Insular, 2003.

TRINDADE, Hélió. **Desafios, institucionalização e imagem pública da CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** aprovado pelo ConsUni durante o 2º. Semestre de 2003 e 1º. Semestre de 2004 e publicado em julho de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório de Avaliação de Programas de Extensão 1999-2002.** São Carlos: UFSCar, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, São Carlos: UFSCar, 2005. Plano apresentado segundo o formato SPIEnS/MEC para o período de 5 anos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Projeto de Avaliação Institucional - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. São Carlos: UFSCar, junho de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação – 2006**. Aprovado pelo ConsUni em 30/03/2007 – Parecer 396.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório da Gestão 2004-2008**, São Carlos: UFSCar, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório de Avaliação de Programas de Extensão 2003-2006**. Aprovado pelo Conselho de Extensão em 11/12/2008 – Deliberação 010/2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório de Avaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - 2008**, São Carlos, março de 2009. Encaminhado ao Presidente do Conselho Universitário para apreciação em 13/05/2009 e apreciado na 174ª Reunião, em 29 de maio de 2009. Parecer ConsUni nº 435.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Projeto de Autoavaliação Institucional - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. São Carlos: UFSCar, fevereiro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Relatório de Autoavaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação - 2010**, São Carlos, março de 2011.